

CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO
Nº 029/2017 – PREF

O **MUNICÍPIO DE INHUMA** pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça. João de Deus, 209, centro, Inhuma - PI, inscritos no CNPJ nº 06.553.739/0001-07, representado pelo Senhor **PREFEITO ANTÔNIO RUFINO DA SILVA JÚNIOR**, portador do CPF nº 342.383.283-53, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado à Rua Francisco José, nº 453, Centro, Inhuma- PI, CEP: 64.535-000, celebra o presente instrumento de **CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO DO SOLO URBANO**, com o(a) **Sr.(a) Francisco Geraldo de Lima** portador do CPF nº 014.696.338-50, e RG nº 15.548.068 SSP/SP, com endereço residencial na Rua José Isidório, nº 255 Inhuma – PI, doravante denominado permissionário, o fazendo, mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

1ª- O objeto do presente **CONTRATO DE PERMISSÃO** é o uso do solo urbano para instalação e funcionamento de um trailer na Praça da Rodoviária cedendo o(a) **CONCEDENTE** ao **CONCESSIONÁRIO(a)** uma área correspondente a 2,50x4,90 metros (área construída), com escopo de comercialização de lanches.

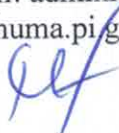
2ª- Esta **PERMISSÃO** é instrumentada por prazo de 12(doze) meses, iniciando-se em 02 de janeiro de 2017, com término em 31 de dezembro de 2017.

3ª- Fica estabelecido que, uma vez findo o prazo de permissão, será o contrato renovado, se não o(a) **PERMISSIONÁRIO(a)** restituirá o solo ora cedido, livre e desocupado.

4ª- O(a) **PERMISSIONÁRIO(a)** poderá devolver o solo durante a vigência do contrato, ficando o município, isento do pagamento de qualquer reparação da área ou indenização.

5ª- O **Município** poderá cancelar a permissão caso venha a observar descumprimento dos termos por ele estabelecidos ou por conduta por parte do(da) **PERMISSIONÁRIO(a)** que seja incompatível com a utilização do solo público.

6ª- Pelo uso do trailer, o(a) **PERMISSIONÁRIO(a)** pagará a quantia de **R\$ 58,44 (cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos)**, mediante boleto a ser expedido mensalmente pelo setor tributário do Município, e vencerá sempre no quinto dia útil do mês subsequente ao de referência.



7ª- O pagamento do aluguel atrasado estará sujeita a multa de 2% (dois por cento) ao mês ou fração, mais correção monetária e juros de 2% (dois por cento) ao mês ou fração.

8ª - O(a) **PERMISSIONÁRIO(a)** não poderá deixar de pagar o aluguel por um período superior a dois meses, sob pena de nulidade do presente contrato e conseqüente devolução ao município.

9ª- O(a) **PERMISSIONÁRIO(a)** não poderá ceder, emprestar ou sublocar o solo sem o consentimento prévio e por escrito do município, podendo o mesmo cancelar a permissão.

10ª- O **MUNICÍPIO** poderá a qualquer tempo examinar e vistoriar o solo concedido, sempre que entender necessário, o que deverá acontecer no horário comercial mediante autorização por escrito.

11ª- Durante a vigência do presente contrato de permissão, obriga-se o(a) **PERMISSIONÁRIO(a)** a manter o solo em perfeitas condições de conservação de toda a área cedida.

12ª- No caso de rescisão do presente contrato, o(a) **PERMISSIONÁRIO(a)**, obriga-se a reparar todo e qualquer dano por ele causado ao solo.

13ª- O(a) **PERMISSIONÁRIO(a)** estará sujeito e obedecerá as normas gerais pertinentes à vigilância sanitária e limpeza pública.

14ª- Responsabilizar-se por eventuais danos, materiais ou morais causados a terceiros;

15ª- No caso de utilização de aparelho de som, respeitar o limite máximo de volume sonoro com decibéis equivalente a música ambiente, vedada a utilização no horário do sossego público, exceto em dias especiais mediante prévia autorização dos órgãos competentes;

16ª- Proibir a utilização de sonorização de veículos acima do volume acima referido;

17º- Não alterar fisicamente a área, exceto se previamente autorizado pelo Município;


18º- Arcar com o pagamento de tarifas com fornecimento de água e de energia.

19ª- O **Município** adotará as medidas legais cabíveis, caso o solo objeto dessa permissão seja utilizado para outros fins que não o estabelecido neste instrumento.


20ª- O(a) **PERMISSIONÁRIO(a)** Declara ter ciência e concordar com todos os termos desta **PERMISSÃO DE USO**.

21ª- O presente instrumento não gera direitos adquiridos, tampouco o uso se transmite aos herdeiros ou sucessores.

Inhuma - PI, 02 de Janeiro de 2017.



Antônio Rufino da Silva Júnior
Prefeito Municipal
(locatário)



Francisco Geraldo de Lima
Permissionário (a)

TESTEMUNHAS:



CPF 472987413-53



CPF 021.798.593-92